

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

Trabalhadores agroextrativistas e territorialidade no sul do Amapá (século XX)

RAFAELE COSTA FLEXA*

1 INTRODUÇÃO

Na Amazônia, nas últimas décadas do século XX, ocorrem ações significativas de mudanças pautadas na intervenção do Estado, considerando o desenvolvimento regional e a criação de áreas protegidas aos agroextrativistas. Resultado da intensa pressão envolvendo diferentes setores da sociedade, como: as populações extrativistas tradicionais, que necessitavam dos recursos da floresta para sobrevivência; as organizações internacionais, preocupadas com a preservação da biodiversidade; e os vários movimentos de princípios ecológicos, com a inquietude que os efeitos dos desmatamentos provocam nas mudanças climáticas a nível global.

O movimento seringueiro, que se constituiu como ampla força social na Amazônia avigorou a reformulação da Reforma Agrária na década de 1980. No Amapá, a região Sul se configurou como espaço propenso para demarcações de áreas aos agroextrativistas, no qual agravava a situação de exploração devido o contexto de ocupação em distintas fases, desde o início do século XX. No ano de 1988, foram criados três Projetos de Assentamento Extrativista no Maracá – PAE's Maracá I, II e III, unificados em 1997, localizados, em sua maior parte, no município de Mazagão. Em 1990, foi criada a Reserva Extrativista do Rio Cajari, no município de Laranjal do Jarí.

O trabalho tem como objetivo entender a atuação dos agroextrativistas e o reconhecimento da territorialidade por parte do Estado. Em vista disso, este estudo requereu pesquisa bibliográfica, documental e de campo (observação e entrevistas), para coletas de informações.

O referido trabalho se desdobra em três seções, além da introdução e conclusão. Em um primeiro momento, se resalta a situação vivida pelos trabalhadores agroextrativistas durante o século XX. Em um segundo momento, se aborda a luta pela terra empreendida pelos

* Graduada em História pela Universidade Federal do Amapá. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá.

trabalhadores rurais e, por fim, a territorialidade reconhecida, resultado da luta, na segunda metade do século XX.

2 A SITUAÇÃO DOS AGROEXTRATIVISTAS DO SUL DO AMAPÁ NO SÉCULO XX

Quando se faz uma contextualização histórica da ocupação Sul do Amapá, desde a época colonial, observa-se a formação de um campesinato caboclo agroextrativista, que explorava o ambiente nas cercanias dos povoados, e que por longos períodos permanecera desenvolvendo suas atividades. Quando o coronel José Julio, no início do século XX estendeu seus domínios nessa área, muitos conflitos ocorreram em relação à exploração do ambiente. De acordo com a literatura e relatos analisados, os problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais foram resultado da ocupação, dos incentivos governamentais e das políticas de colonização implantadas historicamente na Amazônia, perceptivelmente a partir do século XX, quando ocorreram diversos embates entre latifundiários, seringalistas e extrativistas.

Na década de 1940, para as classes dirigentes brasileiras, a região amazônica despontava como um imenso espaço a ser ocupado e valorizado. Lobato (2011: 122) ressalta que:

Transformar esse espaço numa grande fronteira agrícola tornou-se então, uma importante meta governamental. A agricultura que se queria implantar aí não era aquela tradicional e voltada principalmente para a subsistência familiar e comunitária, mas regida pelas modernas técnicas de cultivo e geradora de volumosos excedentes comercializáveis. Com o objetivo de acelerar o processo de povoamento e exploração econômica das regiões limítrofes do Norte do Brasil, o governo federal cria os territórios federais.

O discurso realizado por Getúlio Vargas¹ na década de 1940 preconizou a colonização como solução para o povoamento amazônico e, conseqüentemente, a fixação dos povoados. Para tanto, ele observando a vida cotidiana dos ribeirinhos e seringueiros, afirmou que esta não oferecia uma estabilidade econômica. Para isso era preciso “dar lugar a núcleos de cultura agrária” para que a fixação pudesse ser garantida. Na observação de Lobato (2011: 116) o discurso de Vargas ponderava que “a superação do modo interino de ocupação e

¹ Ver VARGAS (1942: 260).

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

3

utilização da terra [era] tão importante quanto promover novos movimentos migratórios para a região amazônica.”

No Amapá, a política de colonização do governador Janary Nunes estava relacionada com o projeto maior do governo de Vargas, de criação das Colônias Agrícolas Nacionais, arquitetadas como conjuntos de pequenas propriedades – lotes – economicamente ativos e auto-sustentáveis. Isto demonstra os esforços da política do governo para a Amazônia, em realizar a fixação dos colonos e ao mesmo tempo amenizar problemas sociais de outras áreas brasileiras, principalmente do Nordeste (LOBATO, 2011).

Os discursos e ações governamentais demonstram o olhar do espaço como vazio, não considerando a população formada, através da ocupação advinda mesmo antes da colonização portuguesa. Isto permite entender que a política de colonização implantada para a Amazônia não somente evidenciava uma ocupação da terra, mas também, uma pretensa modificação dos costumes no ambiente amazônico. Modernizar para intensificar a exploração tornou-se uma importante meta durante o período do Território do Amapá e de certa forma, trazia consequências do ponto de vista social.

Por meio dos dados apresentados por Guerra (1954) e através das fontes pesquisadas por Paz (2011: 30) para descrever o cenário da vida da população que habitava o Amapá na década de 1940, percebe-se que a coleta da castanha-do-pará e a da borracha, na parte Sul do estado, formavam o segmento de maior dinamismo econômico do Território. Para tanto, as duas atividades se davam de modo próprio, sendo que os extrativistas poderiam fazer as duas atividades, em épocas diferentes, já que as mesmas poderiam ser coletas “de acordo com o nível dos rios e o índice pluviométrico de cada região em determinadas épocas do ano.”

Paz (2011) relata uma prática bastante típica da região amazônica nessa época, no Sul do Amapá, referente à coleta dos produtos realizada. Havia uma negociação entre os trabalhadores e o seringalista, neste caso com a extração da borracha; ou com o barracão, que era a casa de comércio localizada em pontos estratégicos de parada obrigatória nas cachoeiras ou bocas dos rios, no caso da extração das castanhas. Contudo, Paz (2011) acrescenta ainda que, além da castanha, os barracões negociavam variados produtos que os extrativistas traziam como peles e látex, entre outros.

Esta negociação feita pelos barracões seringalistas com os trabalhadores extrativistas ocorria através do sistema de aviamento, típico de muitos lugares da Amazônia, o que

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

4

acabava endividando os coletores dos produtos naturais, pois essa relação econômica se processava com um comerciante fornecendo previamente as mercadorias essenciais à vida dos seringueiros e castanheiros, em troca da produção (FILOCREÃO, 2007; PAZ, 2011).

Se na década de 1940 essa prática do sistema de aviamento era comum, a permanência dela, em décadas posteriores permitiu que os trabalhadores agroextrativistas delatassem sua situação historicamente construída e se manifestassem por meio da luta pela terra contra a submissão ao patrão. Este, além de impor um sistema expresso em trocas que endividavam seus credores, ainda expandia seus domínios contraindo imensas terras no Sul do Amapá, por meios ilícitos.

Segundo Filocreão (2007: 244), embora existisse um grande potencial em recursos extrativistas na região de influência do rio Jarí, “a preocupação com a posse legal da terra não era levada em grande consideração, no início do boom da borracha.”

Sob essas condições, o coronel José Júlio de Andrade apropriou-se das terras de toda a região de influência do rio Jarí, a partir de 1899. O que de fato parece iniciar densos problemas referentes à terra. Pois, a exploração comercial da castanha e seringa na região do rio Cajari por José Julio permitiu a este contrair imensas terras. Estas não foram adquiridas de maneira lícita, e isto não foi aceito pela população que vivia na área. De acordo com Filocreão (2007), o processo de expropriação de terras por meio da expulsão violenta e de manobras cartoriais, garantia o controle do espaço adquirido.

Além do que, inúmeras foram as denúncias contra o coronel, vindas à tona, não somente pelas expulsões que ocorriam, mas também pelos maus tratos pelos quais passavam os trabalhadores rurais daquela região. Fato bastante divulgado pela imprensa da época. Em 1948, José Júlio vê-se forçado a vender a sua propriedade a um grupo de empresários portugueses que se associam ao seu ex-sócio Crispin de Almeida na exploração extrativista da região (FILOCRÃO, 2007; RAIOL, 1992).

Do coronelismo à fase portuguesa, a situação das terras Sul do Amapá permanecia sob os dilemas da expropriação e da situação precária dos trabalhadores rurais em que o controle de aviamento e as condições trabalhistas dos extrativistas, de início sem registro em carteira faziam entender que apesar do aumento dos negócios extrativistas e certa diversificação das atividades, contribuindo para a formação de Unidades de produção familiares agroextrativistas, como cita Filocreão (2002), ainda sim o monopólio da

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

5

comercialização permaneceu, e também da própria condição do uso da terra, em certos lugares (LINS, 2012). Isto fica evidente quando Guerra (1954: 191) relata que:

A organização da Empresa de Comércio e Navegação Jari Ltda., mantém praticamente o monopólio de exploração do Vale do Jari, acontecendo que nessa região os caboclos são impedidos de fazer qualquer agricultura, a fim de não perder tempo, que deve ser empregado na exploração da floresta. O barracão abastece essa população com mercadorias importadas do exterior. Cada homem é obrigado a trabalhar quase isolado de seu companheiro para percorrer as estradas dos seringais na coleta do látex.

Quando encerra a fase portuguesa de exploração extrativista em 1967, e inicia a fase do Projeto Jari, com o empresário norte-americano Daniel Keith Ludwig, o controle da região fica implícito sob a forma de apropriação direta dos recursos naturais da Amazônia pelo grande capital.

Acompanhando a integração da Amazônia na economia nacional e internacional, a ocupação territorial do Sul do Amapá foi intensificada. Também teve sua produção organizada sob a forma de grandes empresas agropecuárias subsidiadas pelos incentivos estatais, comumente ocupando produtiva ou especulando grandes extensões de áreas no Vale do Jarí, o subsidiário da empresa Jari, inclusive, declarou possuir cerca de 3,2 milhões de hectares (FILOCREÃO, 2007; RAIOL, 1992). A intenção do dono da empresa era de implantar um complexo madeireiro e a produção agropecuária em larga escala. A escolha do local para implantação do projeto deveu-se por ser uma área com fácil acesso, para que as embarcações de grande porte pudessem aportar para exportar a produção (CARVALHO, GUSMÃO & SAUTCHUK, 1979).

Conforme Filocreão (2002), isto configurou uma mudança profunda na economia e no modo de vida da população dessa região. Ademais, a própria dimensão das terras da empresa era duvidosa. As versões apresentadas se contradizem, não se chegando a um consenso quanto a real dimensão das terras da empresa Jari. Essa situação mais tarde possibilitaria que parte das terras do projeto fosse reivindicada pelos agroextrativistas, pois entre as diversas propriedades da Jari estão localizados milhares de posseiros. Estes se deparavam constantemente com os seguranças do grande Projeto, pois eram moradores que viviam dispersos entre os rios Paru e Cajari, dedicando-se ao extrativismo, antes mesmo da empresa se instalar. A presença desses moradores é antiga e era comprovada pelas folhas

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

6

topográficas do RADAM, mostrando a ocupação e as atividades ligadas ao extrativismo e agricultura.

Se na região do Jarí havia a empresa que controlava as terras, com a exploração e comercialização dos produtos naturais, no Maracá a situação não era tão diferente, visto que as terras estavam sob o controle de empresas estrangeiras, desde o final da década de 1930, começando com a empresa Agro-Industrial do Amapá S.A (japonesa). Essa questão pode ser bem entendida quando um extrativista líder comunitário² fala das empresas que controlavam o Jarí e da presença de outra empresa controlando as terras do atual assentamento do Maracá.

Pode-se ver, então, que esses agroextrativistas viviam oprimidos, tanto por empresas latifundiárias que se diziam donas das terras, como por compradores da produção extrativista da castanha e seringa, que geralmente arrendavam as terras dessas empresas. Nas entrevistas, antigos moradores³ relatam que a situação era conflitante com o chamado “patrão”, pois estavam sujeitos ao controle dele, e não tinham a liberdade de comercializar seus produtos explorados da natureza, nem tampouco exercer de forma mais tranquila as atividades em suas terras.

É importante relatar que a situação era mais grave na região do Jarí do que no Maracá, conforme os relatos dos extrativistas. Dois moradores antigos do PAE Maracá relatam que não era apenas a troca de mercadorias que havia, eles também, algumas vezes, recebiam dinheiro em troca da coleta da castanha, o que não ocorria com as terras da Jarí. Do mesmo modo, falaram que possuíam roças, não sendo estas proibidas pelo arrendatário. No entanto, é válido dizer, que os informantes se referem ao alto Maracá, onde se encontram os estoques mais expressivos da castanha. O que não ocorria no baixo Maracá, próximo ao Jarí, conforme relatou outro morador antigo.⁴

² Manoel Antônio em entrevista concedida a Rafaela Costa Flexa em 08/06/2012.

³ Francisco de Alcântara em entrevista a Antonio Sérgio Filocreão em 2006.

⁴ Tomé de Souza Belo e Valeriano Alves da Silva em entrevista concedida a Antonio Sérgio Filocreão em 25/05/2006 e 10/06/2008, respectivamente. Manoel Antonio Rodrigues em entrevista concedida a Rafaela Costa Flexa em 09/06/2012.

3 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS AGROEXTRATIVISTAS E A LUTA PELA TERRA

Na década de 1980 quando o movimento seringueiro, iniciado no estado do Acre, se consolida como ampla força social na Amazônia, inserindo-se nas discussões das questões socioambientais apresentadas internacionalmente. Outros estados também acompanharam esse processo de luta.

Os agricultores das regiões dos rios Jarí, Cajari e Maracá vinham para Macapá para comercializar seus produtos nas feiras dos produtores. Por conta disso, acabavam compartilhando as situações de exploração que viviam, pois chegando à capital do estado, ficavam hospedados no prédio da Sociedade Central de Agricultores do Território Federal do Amapá (SOCEAP), local onde funcionava o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá (SINTRA). E com este contato, sabendo das situações vividas por esses agricultores, o sindicato passou a incluí-los na sua agenda de trabalho e foi buscar maior interação com outros movimentos de trabalhadores extrativistas da Amazônia, sobretudo com os do Acre, para discutir alternativas para populações que viviam do agroextrativismo (FILOCREÃO, 2007; FILOCREÃO, MODESTO, RIBEIRO, 2012).

Mesmo que não houvesse a participação dos representantes do SINTRA, no I Encontro Nacional dos Seringueiros, no ano de 1985, por motivo de falta de recursos para compra de passagens em Brasília, em que na ocasião ocorreu à criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), o sindicato vai exercer intensa pressão na luta pelos direitos dos trabalhadores agroextrativistas no Sul do Estado, acampando no Amapá e tendo como principal aliado a Cooperativa Mista Extrativista Vegetal dos Agricultores do Laranjal do Jarí COMAJA (FILOCREÃO, 2007).⁵

Percebe-se que o SINTRA exerceu influência bastante significativa para o início formal da organização política dos moradores da região do rio Maracá, mesmo porque havia proximidade com a sede municipal de Mazagão. Segundo Filocreão (2007), o Sindicato, com o intuito de atender todos os trabalhadores rurais do Amapá, buscou, desde o início de sua

⁵ Informação verbal. Pedro Ramos em entrevista concedida a Antonio Sérgio Filocreão em 2006.

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

8

existência, integrar os agricultores do município de Mazagão na luta pelos seus direitos, instituindo várias delegacias sindicais.

Para Ribeiro (2011), a participação das comunidades do Vale do Maracá e de suas lideranças no encaminhamento da criação dos três PAEs teve papel secundário, tendo em vista que as lideranças externas pertencentes ao SINTRA/AP, os técnicos do INCRA/AP e da Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Território Federal do Amapá (ASTER/AP) e as lideranças da região do Jarí tiveram participação mais elucidativa na luta. No entanto, Ribeiro ressalta que muitas lideranças do Maracá foram importantes para a criação do assentamento.

Na luta pelos interesses dos trabalhadores agroextrativistas, o SINTRA vai exercer uma pressão sobre o Ministério Extraordinário da Reforma Agrária (MIRAD), no Amapá, para a regularização fundiária das terras ocupadas por esses, em alguns casos por mais de dezenas de anos no Sul do Amapá; e fazer cumprir a proposta de Reserva Extrativista incorporada no Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 30 de julho de 1987, através da Portaria N° 627, que cria a figura do Projeto de Assentamento Extrativista.

É importante enfatizar que embora permeasse o forte apelo ambiental e a aliança com ONGs ambientalistas, a criação de “reservas extrativistas” no Sul Amapá, bem como na Amazônia, pautou-se como resultado da luta pela terra e pela garantia de uso dos recursos florestais, evidenciados como fontes de sobrevivência das populações agroextrativistas que se formaram na região.

Percebe-se então, que as lutas pelo direito a terra estiveram presentes no movimento que se organizava, não apenas como interesse de conservação, mas pela busca imediata dos trabalhadores agroextrativistas para permanecerem no local onde viviam tradicionalmente. Portanto, as populações das regiões do Maracá e Jarí expressavam situações conflitantes com os latifundiários. Segundo o líder comunitário da Comunidade São José, localizada no alto curso do rio Ajuruxi⁶:

⁶ O rio Ajuruxi compõe o limite natural entre o assentamento Maracá e a Resex do rio Cajari. É também parte do que se denomina baixo Maracá.

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

9

(...) essa região aqui antes, quando ela era habitada por latifundiários, ela era uma área, tinha algumas regiões que ela tinha proprietários que ninguém podia fazer nada, lá era ele que mandava e pronto. (...) quando o movimento social ele começou a tomar força, a gente viu que isso também deveria incumbir pra que a gente pudesse tentar resolver essa região. Porque tínhamos uma empresa aqui na região de várzea que dominava, aqui no Maracá também que vinha dominando aqui, e no Jarí a Jarí que vinha dominando uma outra parte, o que a gente viu que a gente tava sendo imprensado por essas empresas, no caso eu (...) chegando a ser até derrubada a minha casa, chegar a fazer a casa e dizer que não pode fazer ai (...)” (informação verbal).⁷

Em 1989, aconteceu o I Encontro dos Povos da Floresta, na capital do Acre, Rio Branco. Esse evento foi importante não somente porque o SINTRA e a COMAJA conseguiram enviar suas lideranças para fazerem parte das pautas de discussões, mas também pela atuação de Pedro Ramos como vice-presidente da diretoria do CNS, representando o SINTRA, visto que na ocasião foi escolhida a segunda diretoria da instituição, e o presidente era o sindicalista Julio Barbosa, do Acre. Além disso, ficou decidido que o SINTRA deveria criar a representação regional do CNS, em Macapá, o que se concretizou em 1990 (FILOCREÃO, MODESTO, RIBEIRO, 2012).

Para Filocreão, Modesto & Ribeiro (2012: 17) a ascensão de Pedro Ramos ao cargo de vice-presidente do CNS, representando o SINTRA, significou a consolidação da criação dos PAEs e Resex, contribuindo para a articulação com movimentos ambientalistas nacionais e internacionais, através das viagens e ajuda financeira, na garantia da organização política dos agroextrativistas.

A partir das organizações e das pressões que foram ocorrendo, estabeleceram-se reuniões sistemáticas que trataram de propostas para a melhoria da situação dos agroextrativistas e a regularização das terras através de uma agenda de trabalho que envolveu o MIRAD/INCRA, SINTRA e COMAJA. Posteriormente, foram incorporados nessa agenda: o CNS, o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA) e a Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Amapá (ASTER-AP). Realizaram-se os levantamentos preliminares das áreas do Sul do Amapá, para implantar assentamentos extrativistas e, depois, a delimitação da Resex do Cajari (FILOCREÃO, 2007).

⁷ Entrevista concedida a Rafaela Costa Flexa em 08/06/2012

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

10

Figura 1 – Áreas protegidas no Sul do Amapá



Fonte: elaborado a partir de Jorge (2003 apud FILOCREÃO, 2007, p. 26)

4 TERRITORIALIDADE AGROEXTRATIVISTA NO SUL DO AMAPÁ

Quando são discutidas as questões de costumes e uso do território por um grupo, deve-se destacar a renovação do conceito de territorialidade, definido por Little (2002) como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou homeland [pátria]”. À luz deste conceito, pode-se entender, em parte, os motivos pelos quais os trabalhadores agroextrativistas, empreenderam um processo de luta para ter direitos legais reconhecidos sobre a terra e o uso dos recursos naturais, da mesma forma que é possível entender a racionalidade demandada pelos agroextrativistas.

Também é possível entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, no sentido abordado pelo conceito de cosmografia: “(...) os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território”. Isto abarca o regime de propriedade, os vínculos afetivos que sustentam o pertencimento a um território específico, a história guardada na memória coletiva da ocupação, o uso social que se dá ao território e as formas de defesa dele (LITTLE, 2002: 05).

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

11

De tal modo, a relação entre essas populações e a natureza, se torna importante, na medida em que se estreita a relação com seu território. Para Godelier (1984 apud DIEGUES, 2000), essa porção da natureza fornece, em primeiro lugar, a natureza do homem como espécie, e também: a) os meios de subsistência; b) os meios de trabalho e produção; c) os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, em que compõem a estrutura determinada de uma sociedade – relações de parentesco, entre outros.

Sendo assim, a racionalidade das populações agroextrativistas difere dos demais portadores sociais, o que representa uma característica específica dos trabalhadores agroextrativistas para a apropriação dos recursos naturais. O que também pode evidenciar que a exploração econômica da natureza revela a existência de conhecimentos adquiridos pela tradição que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais, e que configuram os sistemas tradicionais de manejo, ou seja, a exploração dos recursos naturais de forma coletiva, apenas para o consumo imediato e pequena comercialização, as práticas de formação de roçados, a força de trabalho familiar ou em mutirões, regras informais estabelecidas e praticadas através da confiança entre os membros.

Na Amazônia, no final do século XX, notadamente nas três últimas décadas, vimos os movimentos para o reconhecimento do direito a terra e do uso desta, que não mais se reduzem aos marcos tradicionais da luta pela terra, configurando novos exemplos de relação no campo. Fizeram-se presentes nesse contexto as organizações criadas por diversas categorias sociais para garantir o reconhecimento de identidades e culturas, para obter o controle de territórios e a garantia de políticas públicas, como: os seringueiros, quebradoras de coco babaçu e quilombolas.

Para Almeida (2004), essa consolidação se afirmou fora dos marcos tradicionais do controle clientelístico. Os anos de 1988-1989 mostraram desdobramentos com novas formas de associação e de lutas, escapando uma entidade sindical, inserindo fatores étnicos, critérios ecológicos, critérios de gênero e de autodefinição coletiva, modificando maneira convencional de organização e de encaminhamento das demandas aos poderes públicos.

A região Sul do Amapá constituiu um espaço específico, em que o extrativismo vegetal presente tornou-se uma característica identitária das populações que empreenderam um movimento de luta para ter direito a terra e ao uso dela, conseguindo o resultado de continuar explorando os recursos naturais de forma sustentável, como já vinham praticando

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

12

havia décadas nessa região. Como resultado dessas lutas, diversas políticas voltadas a atender as demandas dos povos da floresta foram criadas.

Em 27 de outubro de 1988 criaram-se três projetos de assentamentos: PAEs Maracá I, II e III, sob tutela do INCRA. Foi o resultado da mobilização dos extrativistas, iniciada no Acre, após muitas resistências ainda na década de 1970 a um modelo de desenvolvimento ancorado em grandes projetos agroindustriais. Junto a este movimento, os extrativistas do Sul do Amapá conseguiram que a conquista definitiva da terra fosse efetivada através da criação das reservas. Em 1997, através da Portaria GM/nº 017/1997, os três projetos de assentamento foram unificados e denominados como Projeto de Assentamento Agroextrativista do Rio Maracá (INCRA, 2004). A Reserva Extrativista do rio Cajari foi criada em 1990, em terras ocupadas pelo Projeto Jarí, através do Dec. nº 99.145 de 12 de março, vinculada ao IBAMA.

As comunidades dispersas pela extensão de terras do Assentamento e da Resex do Cajari fazem de suas atividades de consumo e comercialização as mais variadas explorações do ambiente. Indo desde a produção realizada na roça até a extração de várias espécies da fauna e flora. A castanha é uma atividade de alto valor para muitos trabalhadores, que exploram esse recurso tradicionalmente. Dependendo da porção de terras onde os recursos naturais se localizam, as atividades podem variar e determinar o grau de importância.

Os espaços demarcados para os trabalhadores agroextrativistas representaram o reconhecimento da territorialidade pelo Estado e a modificação na Reforma Agrária brasileira. O que garantiu o espaço da reprodução social e econômica desse grupo, não como lotes demarcados, seguindo a tradicional demarcação fundiária no Brasil, visto que essas áreas continuam sendo federais. O direito a terra dá-se pelo uso dos recursos que a natureza oferece, através de contratos de uso e plano de utilização formulado em consenso pelos agroextrativistas e órgão responsável pelas terras. Isto representa, portanto, a continuidade das atividades tradicionalmente realizadas, no entanto não a garantia de “propriedade” da terra, pois, caso o agroextrativista infrinja as regras acordadas, ele pode perder o direito de exploração. Porém, ainda sim, representa uma vitória sem precedentes no espaço rural brasileiro, tendo em vista a participação nas decisões, na definição das regras institucionalizadas e como co-gestores dos espaços de vivência.

O PAE Maracá possui como co-gestores o INCRA, órgão governamental que jurisdiciona as terras, e a Associação dos Trabalhadores do Assentamento Agro-extrativista

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

13

do Maracá (ATEXMA), como porta voz dos agroextrativistas. Na Resex do Cajari, o IBAMA é o órgão responsável, e a Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Rio Cajari (ASTEX-CA) atua como a associação responsável pelas demandas dos agroextrativistas daquela área. São as associações que assinam o contrato de concessão de uso, que dá direito ao usufruto coletivo dos recursos naturais, já que nenhum agroextrativista possui o título de propriedade. No entanto, possuem autorizações individuais de uso das colocações – espaços da unidade produtiva familiar. Onde podem tirar o sustento da família, tanto para o consumo, quanto para a comercialização. O uso coletivo dos recursos, a propriedade comum, as relações tradicionais de apropriação da natureza configuram a territorialidade desse grupo.

Portanto, a permanência dessas relações é um aspecto relevante para entender a modificação da Reforma Agrária no final da década de 1980. Os assentamentos criados, em divisão de lotes, como apenas distribuição de terras, nas décadas anteriores, não eram modelos coerentes para os trabalhadores agroextrativistas de muitos lugares do Brasil. Pois, não levavam em consideração o modo de vida principalmente das populações tradicionais que percebem a natureza diferentemente da racionalidade dos agentes governamentais.

5 CONCLUSÃO

O Assentamento Agroextrativista do Rio Maracá e a Resex do Cajari foram criados pela forte pressão de grupos sociais (extrativistas, organizações internacionais, movimentos ecológicos) que se manifestavam contra o modelo de desenvolvimento conduzido pela expropriação da terra e pela exploração e destruição demasiada dos recursos.

O histórico de ocupação mostra que esse espaço se modificou e ainda foram construídas relações de vínculos baseados no uso tradicional dos recursos naturais, que são característicos dos trabalhadores agroextrativistas. No Sul do Amapá, houve fases de ocupação e exploração do ambiente, proporcionando um contexto de inserção desse espaço na exportação tanto da seringa quanto da castanha, pois estes produtos eram extraídos em tempos diferenciados, porém o trabalho nas estradas era visto o ano todo, nas duas atividades.

As fases pelas quais o Sul do Amapá passou configuraram a expropriação de terras daqueles que viviam nesse espaço, em condição de posseiros, pequenos agricultores e coletores dos produtos da floresta. A fase final, na segunda metade do século XX, o sistema

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

14

de aviamento e arrendamento das terras ocasionou muitos conflitos com a população residente. Posteriormente, aqueles posseiros empreenderam um movimento de luta para garantia de exploração dos recursos naturais, através da luta pela terra, incorporando a territorialidade e reforçando não só o direito à terra, mas as relações com a natureza biofísica do espaço de vivência.

A consolidação das demarcações e a modificação na Reforma Agrária mostram o reconhecimento por parte do Estado da territorialidade agroextrativista, vista em muitos lugares da Amazônia, notadamente no Sul do Amapá, onde a coleta dos produtos extrativistas é relevante para muitas comunidades. Formou-se então um mosaico de áreas de uso coletivo, criado para o usufruto dos trabalhadores-moradores, os agroextrativistas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais V.6, N.1 / maio 2004.

BRASIL. Dec. nº 99.145 de 12 de março. Acesso em: 15 de maio de 2012. <http://www.ibama.gov.br/resex/cajari/opdecret.htm>

CARVALHO, Horácio Martins de; GUSMÃO, Sérgio Buarque de; SAUTCHUCK, Jaime. **Projeto Jari, a invasão americana**. São Paulo, Ed. Brasil Debates, 1979.

DIEGUES, A. C. e ARRUDA, R. **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. Ministério do Meio Ambiente, MMA. São Paulo: USP, 2000.

FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. **Extrativismo e Capitalismo na Amazônia: a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá**. Macapá: GEA/SEMA, 2002.

_____. **Agroextrativismo e Capitalismo na Amazônia: as transformações recentes no agroextrativismo do Sul do Amapá**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2007, 542f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento socioambiental).

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

15

FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro; MODESTO, Allynne Colares Távora; RIBEIRO, Karina Nymara Brito. **Do campo a Luta: A Gênese da Organização Política dos Trabalhadores Agroextrativistas no Amapá.** Anais do VI Encontro Nacional da Anppas Belém - PA – Brasil, 18 a 21 de setembro, 2012.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo geográfico do Território do Amapá.** Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1954.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Plano de Desenvolvimento PAE Maracá.** Superintendência Regional do Amapá. Relatório. Macapá: 2004.

LINS, Cristóvão. **Amazônia: as raízes do atraso.** Rio de Janeiro: Daudt Design Editora, 2012.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade.** Brasília: UnB, 2002.

LOBATO, Sidney. “Os descaminhos da fortuna: a política de colonização no Amapá (1940-1958). **Do lado de cá: Fragmentos de História do Amapá.** Belém: Editora Açai, 2011.

PAZ, Adalberto Junior Ferreira. **Os mineiros da floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964).** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2011, 180f. Dissertação de Mestrado.

RAIOL, Osvaldino. **A utopia da terra na fronteira da Amazônia.** Macapá: Ed. Dia, 1992.

RIBEIRO, Adalberto Carvalho. **Capital social e redes sociais no processo organizacional de comunidades agroextrativistas no Amapá.** São Paulo: All Print Editora, 2011.

VARGAS, Getúlio. “Discurso do Rio Amazonas”. **Revista Brasileira de Geografia.** N. 2. Vol. 4, de abril-junho de 1942, p. 260.

IX Semana de História

O Ensino e a Pesquisa de História no Amapá: Perspectivas e Desafios

16

Entrevistas

Manoel Antônio Rodrigues em entrevista concedida a Rafaela Costa Flexa em 08/06/2012.

Francisco de Alcântara em entrevista a Antonio Sérgio Filocreão em 2006.

Tomé de Souza Belo entrevista concedida a Antonio Sérgio Filocreão em 25/05/2006

Valeriano Alves da Silva em entrevista concedida a Antonio Sérgio Filocreão em 10/06/2008.

Pedro Ramos em entrevista concedida a Antonio Sérgio Filocreão em 2006.